

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

## Termo de Referência 67/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
67/2025	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO NORTE	DEVANIA ARAUJO DE FIGUEIREDO VARELLA	19/08/2025 17:13 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação		5312/2025

## 1. TR curso LGPD à Luz da Auditoria Interna

1. OBJETO	Contratação de empresa para promoção do curso “Contratação de empresa para promoção do curso “LGPD à Luz da Auditoria Interna”.
2. JUSTIFICATIVA	<p>A presente justificativa tem como objetivo pleitear a participação no curso "LGPD à Luz da Auditoria Interna", que se mostra fundamental para a capacitação da servidora lotada na Seção de Orientação da Governança (SOG). A iniciativa visa aprimorar o conhecimento técnico da profissional em um tema de crescente relevância e complexidade, alinhando as competências da unidade às exigências normativas e estratégicas da instituição, conforme previsto no art. 71, da Resolução CNJ n.º 309 /2020.</p> <p>A capacitação permitirá uma compreensão aprofundada da Lei nº 13.709/2018, seus requisitos e implicações regulatórias para a organização. O curso habilita à servidora a avaliar com precisão a exposição do TRE-RN a riscos de dados pessoais e a executar procedimentos de auditoria interna sobre a implementação da LGPD. Este conhecimento é crucial para garantir que a instituição esteja em conformidade com a legislação e que seus processos internos de proteção de dados sejam eficazes.</p> <p>Além disso, a formação é especialmente oportuna em razão do recente Acórdão do TCU, que reforça a necessidade de auditorias internas especializadas na área de proteção de dados. Ao adquirir este conhecimento, a</p>

	<p>servidora estará apta a exercer suas atividades de forma mais estratégica, garantindo que as ações da Auditoria Interna do TRE-RN estejam em plena conformidade com as exigências dos órgãos de controle.</p> <p>Em suma, a participação no curso não se trata apenas de um desenvolvimento profissional individual, mas de um investimento institucional que fortalecerá a capacidade de fiscalização e governança da área, contribuindo diretamente para a mitigação de riscos, a prevenção de sanções e a melhoria contínua da eficiência e segurança das operações do Tribunal.</p>
3. OBJETIVOS	<p>O objetivo do curso é compreender a Lei 13.709/2018, seus requisitos e implicações regulatórias para a organização, avaliar a exposição da organização quanto a dados pessoais, bem como executar procedimentos de auditoria interna sobre a implementação da LGPD.</p>
	<p><b>Metodologia:</b> As aulas ocorrem em modelo online com aulas síncronas acompanhadas do instrutor, além da disponibilização de apostila detalhada contendo estudo de caso e exercícios para realização em aula.</p> <p><b>Modalidade:</b> Telepresencial (aulas síncronas com o instrutor).</p> <p><b>Carga horária mínima:</b> 16 horas.</p> <p><b>Período de Realização:</b> 11 e 12.09.2025</p> <p><b>Conteúdo programático:</b></p> <p><b>Capítulo 1: Introdução</b></p> <p>1.1 Linha do Tempo das Principais Leis de Proteção de Dados</p> <p>1.2 Comparação com GDPR</p> <p>1.3 Motivações principais para a criação da LGPD</p> <p>1.4 Estrutura da LGPD</p> <p><b>Capítulo 2: Conceitos Básicos e Responsabilidade na LGPD</b></p> <p>2.1 Titular de Dados Pessoais</p> <p>2.2 Dados de Tratamento</p> <p>2.3 Tratamento de Dados Pessoais</p> <p>2.4 Controlador</p> <p>2.5 Operador</p> <p>2.6 Agentes de Tratamento</p> <p>2.7 Encarregado de Proteção de Dados (DPO – Data Protection Officer)</p> <p><b>Capítulo 3: Princípios da LGPD</b></p> <p>3.1 Princípio da Finalidade</p>

- 3.2 Princípio da Adequação
- 3.3 Princípio da Necessidade
- 3.4 Princípio do Livre Acesso
- 3.5 Princípio da Qualidade dos Dados
- 3.6 Princípio da Transparência
- 3.7 Princípio da Segurança
- 3.8 Princípio da Prevenção
- 3.9 Princípio da Não Discriminação
- 3.10 Princípio da Responsabilidade e Prestação de Contas

#### 4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### **Capítulo 4: Direito dos Titulares**

##### **Capítulo 5: Bases Legais para o Tratamento de Dados**

- 5.1 Consentimento do Titular
- 5.2 Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória
- 5.3 Execução de Políticas Públicas
- 5.4 Estudos por Órgão de Pesquisa
- 5.5 Execução de Contrato
- 5.6 Exercício Regular de Direitos
- 5.7 Proteção da Vida ou da Incolumidade Física
- 5.8 Tutela da Saúde
- 5.9 Interesses Legítimos do Controlador

##### **Capítulo 6: Transferência Internacional de Dados**

- 6.1 Adequação (Art. 33, I)
- 6.2 Garantias Adequadas (Art. 33, II)
- 6.3 Autoridade da ANPD (Art. 33, III)
- 6.4 Contrato para Proteção dos Dados (Art. 33, IV)
- 6.5 Garantias Institucionais e Fins Específicos (Art. 33, V e VI)

##### **Capítulo 7: Governança, Boas Práticas e Medidas de Segurança**

- 7.1 Governança em Privacidade

##### **Capítulo 8: Auditoria Interna e LGPD**

- 8.1 IPPF
- 8.2 Planejamento da Auditoria Interna
- 8.3 Execução da Auditoria

##### **Capítulo 9: Fiscalização e Sanções**

- 9.1 Papel da ANPD
- 9.2 Processos de Fiscalização
- 9.3 Tipos de Sanções Previstas na LGPD (Art. 52)

##### **Capítulo 10: Preparação para Auditorias da ANPD**

- 10.1 Papel da Auditoria Interna na Preparação para Auditorias da ANPD
- 10.2 Passos Adicionais para Preparação Além da Auditoria Interna

##### **Capítulo 11: Erros e Desafios na Aplicação da LGPD**

- 11.1 Principais erros na adequação à LGPD.

	<p>11.2 Principais Desafios</p> <p>11.3 Principais Desafios para Órgãos Públicos em Relação à LGPD e LAI</p> <p><b>Capítulo 12: Em Direção ao Compliance da LGPD</b></p>
4. PÚBLICO ALVO	<p>Profissionais das áreas de auditoria, compliance , controles internos, executivos de empresas, acionistas, administradores, contadores e demais interessados, associados ao IIA BRASIL.</p>
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA /INSTRUTOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil)</b></li> </ul> <p>Fundado em 1960 e filiado ao The IIA (The Institute of Internal Auditors), destaca-se como uma das cinco maiores instituições de Auditoria Interna no mundo. Sua longa trajetória e reconhecimento internacional atestam sua capacidade técnica e liderança na área. A exigência de profissionais com experiência em auditoria em órgãos públicos, que dominem os conceitos, procedimentos, técnicas e metodologias da auditoria interna governamental, é plenamente atendida pela expertise do IIA Brasil, cujo propósito é justamente fornecer liderança e oportunidades de desenvolvimento profissional que apoiam as melhores práticas internacionais. Portanto, a contratação do IIA Brasil garante o acesso a um conhecimento especializado e uma metodologia de ensino comprovada, essenciais para a capacitação dos servidores do TRE-RN.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrutor Rodrigo Claudio Ribas</li> </ul> <p>Com dezoito anos de experiência em auditoria, controles internos, gestão de riscos e compliance. Sua expertise foi consolidada em posições de liderança em empresas privadas e em duas das maiores consultorias do mundo, a EY e a PwC, onde atuou em projetos de grande relevância, como IT SOX e implementação de estruturas de controles internos.</p> <p>Com sólida experiência também no segmento público, o instrutor demonstra profundo conhecimento em normas e metodologias essenciais para a área, incluindo ISO 31000 (Gestão de Riscos), ISO 27701 (Privacidade de Dados) e COSO (Controles Internos). A sua atuação em projetos específicos de diagnóstico e adequação à LGPD reforça sua qualificação para abordar as complexidades da legislação e suas implicações práticas para a auditoria, garantindo um treinamento de alto nível e focado em resultados.</p>

## 6. DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratação do curso "LGPD à Luz da Auditoria Interna" do IIA Brasil (Instituto dos Auditores Internos do Brasil) justifica-se pela inexigibilidade de licitação, uma vez que o serviço se enquadra na categoria de treinamento especializado. A expertise requerida para ministrar um curso que integra a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) com as práticas de auditoria interna, especialmente no contexto da Administração Pública e de órgãos judiciais, é singular e de alta relevância, não se encontrando em qualquer outro prestador de serviços.

A escolha do IIA Brasil é legítima e razoável, pois a instituição é referência internacional e especializada em áreas de interesse da auditoria interna, com mais de 60 anos de experiência. O conteúdo programático do curso, que aborda desde os princípios da LGPD até a execução de procedimentos de auditoria, está alinhado com as necessidades do TRE-RN, permitindo que a servidora lotada na Seção de Orientação da Governança (SOG) obtenha a formação e a atualização necessárias para o exercício adequado de suas atividades.

Sendo assim, a natureza técnica e a especialização do serviço, aliadas à reputação e à expertise do IIA Brasil, tornam inviável uma licitação convencional, atendendo aos requisitos legais de inexigibilidade. No qual a contratação é justificada pela necessidade de aprimorar as capacidades deste órgão, especialmente diante de recentes orientações de órgãos de controle, garantindo que o Tribunal esteja preparado para avaliar a exposição a riscos de dados pessoais e atuar de forma proativa na fiscalização e conformidade.

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DEVANIA ARAUJO DE FIGUEIREDO VARELLA**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/08/2025 às 17:13:13.

**JORGE HENRIQUE DE ALMEIDA**

Membro da comissão de contratação